



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

27/05/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Inflação domina comentários sobre economia com reprovação em rede social, diz pesquisa

O burburinho de rede social, quando o assunto é economia, segue tomado pela inflação, segundo monitoramento feito entre 17 e 23 de maio pela agência de análise de dados e mídia .MAP com base na avaliação qualitativa de publicações no Facebook e no Twitter. A reprovação supera 80%, impulsionada pela alta nos preços dos combustíveis e dos alimentos.

A dificuldade de emprego teve mais de 17% de participação no debate dos internautas sobre a economia, e o mercado de trabalho, quase 20%, com desaprovação de 97%. As discussões em torno de licitações e privatizações encaminhadas pelo governo tiveram quase 17% de participação e 20% de apoio, segundo a pesquisa.

Enquanto a política domina o debate nas redes sociais, ganhou destaque o apoio do público aos temas voltados ao bem-estar da população, segundo a .MAP, com 60% do debate geral, ante 28% na semana anterior.

A diretora-geral da .MAP, Marília Stabile, afirma que as redes mostram que as pessoas permanecem preocupadas com o seu cotidiano na esteira da inflação e parecem estar engajadas em maior ativismo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 27 de maio.

Em meio a discussão sobre aumento da miséria, Senado confirma salário mínimo de R\$ 1.212

O Plenário do Senado aprovou nesta quinta-feira (26) a MP 1.091/2021, que fixou o valor do salário mínimo em R\$ 1.212 desde 1º de janeiro de 2022. Com a aprovação, a MP segue para promulgação do presidente Jair Bolsonaro.

O crescimento da fome e da miséria no Brasil nos últimos anos foi bastante discutida pelos senadores durante a votação da medida provisória. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, elogiou a relatora, Soraya Thronicke (União-MS), por manifestar que o valor pequeno do mínimo é um problema grave da sociedade brasileira, mas é menos debatido do que "querelas ideológicas em redes sociais".

— O Brasil vive uma dicotomia entre problemas reais e problemas criados com objetivos eleitorais e oportunistas. Os problemas reais são os dois dígitos: dois dígitos na inflação, nos juros, no desemprego e na gasolina, que se aproxima de R\$ 10 já em algumas cidades. Esses são os problemas reais, que precisam de soluções verdadeiras. E há os problemas criados como cortina de fumaça pra esconder os problemas reais — alertou Pacheco.

Já Cid Gomes (PDT-CE) reclamou que o governo não teria R\$ 16 bilhões pra aumentar o salário mínimo, "mas tem R\$ 30 bilhões pra comprar votos de deputados pelo orçamento secreto". Para Cid Gomes, falta ao governo a lógica de que o aumento do mínimo reaquece a economia.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 27 de maio.

Fome chega a 36% das famílias brasileiras

Além da recessão, outros fatores contribuíram para esse quadro. A inflação, que estava alta no começo do período, com o Banco Central aumentando a taxa básica de juros, e a falta de reajuste no Bolsa Família.

Para o consultor da Action Aid, Francisco Menezes, o cenário deste ano é ainda mais dramático para as famílias. "A inflação foi aumentando de 2020 pra cá. Para as famílias mais pobres, significa comer menos ou pior", afirma.

Ainda de acordo com Marcelo Neri, as mulheres foram as que mais sofreram pela fome. Entre os homens, a insegurança alimentar caiu de 27% para 26%. Já para as mulheres, deu um salto de 33% para 47%. Esse aumento afetou também as crianças.

"Vimos a volta das crianças mais novas à escola, a subnutrição já deixou uma marca. Estamos falando de educação e nutrição, a base do desenvolvimento da pessoa. Isso tem um efeito estrutural, que precisa ser atacado o quanto antes", ressalta o economista da FGV Social.

Francisco Menezes explica que há cerca de 4 milhões de pessoas cadastradas para receber o Auxílio Brasil, mas é preciso uma medida urgente pra atender a população com fome, que hoje é estimada entre 25 milhões e 30 milhões

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 27 de maio.

Congresso pede e governo estuda vale para caminhoneiros e motoristas de táxi e Uber

Na tentativa de dar uma resposta a aliados sobre o encarecimento dos combustíveis sem ceder a iniciativas vistas como mais problemáticas, o governo tem se mostrado disposto a ceder em parte na discussão sobre usar os cofres públicos para amenizar o problema.

Por isso, o governo resgatou recentemente a ideia de o Tesouro Nacional pagar um auxílio mensal a caminhoneiros. A medida era defendida pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) no ano passado como um meio de evitar a perda de sua popularidade entre os profissionais diante do aumento de preços, mas o valor sinalizado (R\$ 400) irritou representantes da categoria e o governo havia abandonado a ideia.

Com os aumentos de combustíveis acumulados desde então, a iniciativa voltou ao debate e pode contemplar um público ainda mais amplo desta vez. Agora, o vale pode acabar sendo recebido também por motoristas de táxi e aplicativos (como o Uber).

Na equipe econômica, a ideia não chega a ser defendida —mas é interpretada como uma ação possível diante de tantas ideias vistas como mais danosas. O Ministério da Economia resiste há meses, por exemplo, a um fundo com recursos públicos que bancaria mais subsídios para os combustíveis.

A visão expressa por diferentes membros é que os subsídios criados até hoje para combustíveis não resolvem problemas estruturais, não geram o efeito de baixar os preços e só dragam dinheiro dos cofres públicos. Além disso, esse tipo de medida cria um incentivo para combustíveis fósseis —na contramão do debate global por soluções verdes.

O vale para caminhoneiros é estudado pelo menos desde fevereiro de 2021 diante dos sucessivos receios do governo sobre uma mobilização dos profissionais e a possível deflagração de uma greve aos moldes daquela vivenciada pelo país durante o governo Temer.

No começo, a ideia seria calcular uma média dos quilômetros rodados e do consumo de diesel. Quando o preço aumentasse, os profissionais teriam uma restituição do valor equivalente à tributação federal de PIS/Cofins. Hoje, no entanto, as discussões apontam para um valor mensal fixo a ser pago.

O problema do vale-caminhoneiro e de outras medidas que usam os cofres públicos neste ano é o teto de gastos. O limite constitucional, que impede as despesas federais de crescerem além da inflação, já tem demandado cortes em diferentes áreas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 27 de maio.

Bolsonaro recua de reajuste privilegiado para policiais e diz que tendência é de 5% para todos os servidores

Após várias sinalizações de que daria aumentos privilegiados a policiais, o presidente Jair Bolsonaro (PL) indicou nesta quinta-feira (26) que irá recuar da ideia e afirmou que a tendência é conceder aumento de 5% a todas as categorias.

O chefe do Executivo busca garantir o apoio da classe a sua reeleição, mas afirma que tem enfrentado dificuldade para cortar R\$ 17 bilhões dos ministérios para abrir espaço no Orçamento a fim de dar reajustes. Segundo ele, movimentos grevistas não irão resolver o problema.

"Eu apelo aos servidores, reconheço o trabalho de vocês, mas a greve não vai ser solução, porque não tem dinheiro no Orçamento. Eu sou o primeiro presidente a ter teto no Orçamento. Outros não tinham, poderiam reajustar, eu não posso", afirmou.

Ele contou que ainda estuda de onde tirar verba para dar o aumento salarial e disse que um reajuste superior a 5% estouraria o teto dos gastos públicos e poderia levá-lo a cometer crime de responsabilidade.

"Não posso dar um corte linear. Tem ministério que tem programas estratégicos. Eu não posso, por exemplo, diminuir alguns programas da Defesa que são enquadrados como tal. Vou cortar onde? Saúde e educação? Vai ter que ser cortado de algum lugar", disse.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 27 de maio.